
LÍNGUA PORTUGUESA

Crack é bode expiatório da exclusão social e da miséria

Todo agrupamento humano vai, inevitavelmente, conter pessoas que por diferentes razões não se adaptam e ficam à margem do grupo. Nas grandes cidades, por motivos óbvios, o número de indivíduos à margem é consideravelmente maior.

O problema fica particularmente complexo quando esses indivíduos são socialmente excluídos, tornam-se incômodos e, por consequência, são classificados como "indesejáveis", como é o caso da população em situação de rua que compõe as assim chamadas "cracolândias".

Aqui cabe lembrar que a situação de exclusão social e miséria se relaciona ao fato dessas pessoas terem sido privadas de acesso à moradia, ao trabalho, à educação e à saúde. Com recursos tão precários, encontram-se vulneráveis e muitos acabam se tornando dependentes de álcool e de outras drogas. Para o observador externo, o que se faz visível é apenas uma massa amorfa de "molambos" usando crack a céu aberto em espaços públicos. Privados de sua identidade e de sua cidadania passam a ser nomeados de "craqueiros" ou "cracudos", pelo comportamento de utilizarem uma droga euforizante, talvez à única possibilidade de obterem algum tipo de prazer em suas existências miseráveis.

Criam-se muitas lendas urbanas a respeito desses dependentes. Chamados de "zumbis" reforçou-se o mito de que a droga é o mal que os levou àquela situação de extrema penúria. Foi desconsiderado um fato cientificamente comprovado de que a grande maioria dos usuários de substâncias, lícitas ou ilícitas, não é levada à dependência nem é conduzida, necessariamente, a uma situação de miséria existencial ou exclusão social.

Mas a droga tem sido um ótimo "bode expiatório" para que não tenhamos que olhar para os grandes e complexos problemas por trás da questão. Acirraram-se os discursos proibicionistas e as medidas repressivas. Isso, aliado a uma legislação ambígua e a políticas públicas higienistas, leva a um verdadeiro genocídio étnico-social, tornando esses "seres indesejáveis" ainda mais miseráveis e agravando assim ainda mais o problema social que os cerca.

Diversas experiências internacionais têm mostrado que o resgate da cidadania é o fator de maior sucesso na abordagem de populações socialmente excluídas. Foi à resposta que encontraram como alternativa ao fracasso dos modelos de intervenção baseados na repressão, tanto policial quanto assistencial. Se a repressão ao tráfico é algo necessário enquanto medida normativa dentro de um grupo social, a repressão policial tem se ocupado equivocadamente da punição de usuários ou dependentes, não sendo capaz sequer de identificar os verdadeiros traficantes.

No âmbito assistencial, propõem-se medidas restritivas da liberdade, punitivas e afrontosas aos direitos humanos, sob a forma de internações compulsórias ou involuntárias, de eficácia praticamente nula. As intervenções que priorizaram o acesso à moradia, trabalho, educação e saúde, sem exigir a abstinência do uso de substâncias, chegaram a resultados incomparavelmente melhores.

Isto apenas confirmou que a droga não é a vilã, mas apenas a ponta de um iceberg muito mais perigoso. E se não olharmos para o que está mais abaixo, vamos todos afundar.

(Dartiu Xavier da Silveira - Especial para o UOL – UOL notícias- 13/05/2015 - 06h00)

QUESTÃO 01

Com base na leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A dificuldade que a sociedade tem está relacionada às diferenças sociais. Por um lado, há pessoas que possuem condições de se manter conforme propostas político-econômicas; por outro lado, há grupos de pessoas que são excluídas mediante a falta de infraestrutura, ou seja, sem moradia, sem trabalho, etc.
- B) Encontram-se nas ruas pessoas que não se adaptaram às realidades sociais e que procuraram na Crocolândia razões para continuarem a viver.
- C) Os “molambos” são privados de sua identidade e são nomeados pela sociedade de “craqueiro” ou “cracudos”, tornando-se seres indesejáveis.
- D) Os discursos proibicionistas e as medidas repressivas tornam o assunto sobre drogas mais complexo, por isso, são necessárias leis efetivas que possam punir os usuários.

QUESTÃO 02

“Nas grandes cidades, por motivos óbvios, o número de indivíduos à margem é consideravelmente maior”.

Na frase acima, o sujeito e o predicado são classificados em:

- A) Sujeito simples e determinado: “o número de indivíduos à margem” / Predicado nominal: “é consideravelmente maior”.
- B) Sujeito simples e determinado: “Nas grandes cidades” / Predicado verbal: “é consideravelmente maior”.
- C) Sujeito simples indeterminado: “Indivíduos” / Predicado nominal: “é consideravelmente maior”.
- D) Sujeito simples determinado: “Cidades” / Predicado verbo-nominal: “é consideravelmente maior”.

QUESTÃO 03

“O problema fica particularmente complexo, quando esses indivíduos são socialmente excluídos, tornam-se incômodos e, por consequência, são classificados como ‘indesejáveis’, como é o caso da população em situação de rua que compõe as assim chamadas ‘cracolândias’”.

O período acima tem especificamente:

- A) É constituída por 4 orações, portanto, o período é composto.
- B) É constituída por 6 orações, portanto, o período é composto.
- C) É constituída por 8 orações, portanto, o período é composto.
- D) É constituída por 5 orações, portanto, o período é composto.

QUESTÃO 04

“Chamados de ‘zumbis’ reforçou-se o mito de que a droga é o mal que os levou àquela situação de extrema penúria.”

Na frase acima, o termo “que” foi usado duas vezes, com funções distintas, as quais são respectivamente:

- A) Oração subordinada substantiva objetiva indireta / conjunção subordinativa integrante.
- B) Oração subordinada adjetiva restritiva / conjunção subordinada adjetiva explicativa.
- C) Oração subordinada substantiva completiva nominal / oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) Oração subordinada substantiva predicativa / conjunção subordinada adversativa consecutiva.

QUESTÃO 05

“Mas a droga tem sido um ótimo ‘bode expiatório’ para que não tenhamos que olhar para os grandes e complexos problemas por trás da questão.”

Sobre as expressões “bode expiatório” e “por trás”, é correto afirmar que:

- A) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “metáfora” / “por trás” é uma locução adverbial.
- B) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “metonímia” / “por trás” é um advérbio de lugar.
- C) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “pleonasma” / “por trás” é uma palavra homófona.
- D) “bode expiatório” é uma figura de linguagem “catacrese” / “por trás” é 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo “trazer”.

QUESTÃO 06

“Isso, aliado a uma legislação ambígua e a políticas públicas higienistas, leva a um verdadeiro genocídio étnico-social, tornando esses ‘seres indesejáveis’ ainda mais miseráveis e agravando assim ainda mais o problema social que os cerca”.

Sobre as expressões “genocídio”, “étnico-social” e “indesejáveis”, pode-se afirmar que:

- A) Geno- (espécie) origem latina / Usa-se hífen entre substantivos compostos / in- prefixo com sentido de oposição de origem latina.
- B) Geno-(descendência) origem latina / Usa-se hífen depois do prefixo “étnico” / in- prefixo antônimo de origem grega.
- C) Geno- (raça) origem grega / Usa-se hífen entre adjetivos compostos / in- prefixo de negação de origem latina.
- D) Geno- (raça) origem grega / Usa-se hífen entre palavras compostas substantivas e adjetivas / in- prefixo origem latina.

QUESTÃO 07

“Diversas experiências internacionais têm mostrado que o resgate da cidadania é o fator de maior sucesso na abordagem de populações socialmente excluídas”.

Sobre a locução “têm mostrado”, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A locução verbal é formada pelo verbo auxiliar “têm” e o verbo principal “mostrado”.
- B) Os verbos foram conjugados no pretérito perfeito composto.
- C) A formação verbal é composta por verbo principal no gerúndio.
- D) “Têm mostrado” é a formação da voz passiva analítica.

QUESTÃO 08

Leia a tirinha



@moneamorim

Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na frase “Essa lista cresce muito rápido!”, a palavra “**muito**” é um advérbio, em que se encontram fonemas semivogais, e é uma palavra nasal.
- B) Na frase “Já estou cansada de fazer hora extra”, a expressão “hora extra” apresenta o hífen facultativo, uma vez que a palavra é composta por substantivo + adjetivo.
- C) Na frase “Criei uma droga mais barata e mais letal que o crack, ela se chamará, OXI”, o sujeito está oculto.
- D) Na frase “Quem sabe eu consigo um aumento”, o pronome “quem” é relativo indefinido.

QUESTÃO 09

“Acirraram-se os discursos proibicionistas e as medidas repressivas”.

Sobre a partícula “se”, é correto afirmar que:

- A) A função da partícula “se” é indeterminar o sujeito.
- B) A partícula “se” reflete a si mesmo e tem a função de objeto direto.
- C) A partícula “se” exprime a reciprocidade de ação, então, o “se” é um pronome recíproco.
- D) A partícula “se” não exerce função sintática, é chamado de partícula apassivadora.

QUESTÃO 10

“Criam-se muitas lendas urbanas a respeito desses dependentes”.

Ao analisar a frase acima, encontramos:

- A) Adjunto adnominal = urbanas / complemento nominal = desses dependentes.
- B) Complemento verbal = muitas lendas urbanas / adjunto adnominal = desses dependentes.
- C) Complemento nominal = muitas lendas urbanas / complemento nominal = desses dependentes.
- D) Adjunto adnominal = muitas, urbanas / adjunto adnominal = desses dependentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

De acordo com a responsabilidade subjetiva e objetiva do Estado, analise o caso fictício abaixo e assinale o que se pede.

Junior de Oliveira, pessoa física, atravessava determinada avenida do Município de Gaúcha do Norte - MT, na faixa de pedestre, quando foi atropelado por carro de concessionária de serviço público de água e esgoto do município, pelo fato do motorista do veículo não ter dado preferência ao pedestre. Sabendo que Junior veio a óbito no local do acidente, assinale a alternativa correta.

- A) A família do pedestre pretende responsabilizar o município pelo acidente; no entanto, não há prerrogativa legal para tal responsabilização.
- B) A inequívoca presença do nexos de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público não é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.
- C) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e a não usuários do serviço.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 12

Analise o caso hipotético abaixo e após assinale a alternativa correta.

Determinado servidor público efetivo, ainda em estágio probatório, é exonerado de ofício pelo dirigente máximo do órgão, tendo em vista a extinção de seu cargo.

- A) O servidor não pode ser exonerado de ofício, tendo em vista a estabilidade adquirida com a aprovação em concurso público e a posterior posse no cargo.
- B) Tendo sido extinto o cargo durante o período do estágio probatório, o servidor poderá ser exonerado de ofício porque ainda não tem a estabilidade.
- C) O servidor deve requerer administrativamente a revisão de sua exoneração, pois, devido à extinção de seu cargo, deveria ter sido colocado em disponibilidade.
- D) Tendo sido extinto o cargo durante o período do estágio probatório, o servidor deverá ser colocado em disponibilidade e, após, reaproveitado em cargo com atribuições e com pré-requisitos similares.

QUESTÃO 13

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - Executado o contrato, tratando-se de obras e de serviços, o seu objeto será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e por sua fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

II - Executado o contrato, tratando-se de obras e de serviços, o seu objeto será recebido, definitivamente, por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou da vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

III - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou do serviço nem a ética-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

IV - O recebimento provisório de produto ou de serviço não poderá ser dispensado.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 14

Determinada empresa privada, após sagrar-se vencedora de processo licitatório, firmou contrato com o Município de Gaúcha do Norte - MT, cujo objeto era a prestação de serviço de transporte de estudantes que residiam na Zona Rural do Município. No entanto, houve um brusco aumento do combustível, impactando repentinamente no contrato já firmado; deste modo, a empresa solicitou à prefeitura a manutenção do reequilíbrio econômico do contrato.

De posse dessa afirmativa hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) Tratando-se de contrato administrativo, o contratado tem o direito de ver mantido o denominado equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, assim considerada a relação que se estabelece, no momento da celebração, entre o encargo assumido pelo contratado e a prestação pecuniária assumida pela administração; deste modo, a alta dos combustíveis é um fator que desequilibra financeiramente o contrato; devido a isso, é plenamente legal a solicitação da empresa contratada.
- B) A Lei nº 8.666/1993 não admite que os contratos sejam alterados para o restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, pois o caso ora narrado pode ser plenamente suportado pela contratada.
- C) É ilegal a solicitação de reequilíbrio econômico pela alta do combustível, pois não há previsão legislativa para este fato.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 15

De acordo com a concessão e com a permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da CF/88, incumbe ao Poder Concedente, exceto:

- A) Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
- B) Intervir na prestação do serviço.
- C) Extinguir a concessão.
- D) Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.

QUESTÃO 16

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa que contenha a sequência correta.

I - Nas licitações para a execução de obras e de serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer, obrigatoriamente, junto ao edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

II - Desclassificado o vencedor do procedimento licitatório, a Administração está obrigada a firmar contrato de adjudicação com o segundo colocado.

III - Serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, bem como as que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes aos de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas não necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

IV - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo; facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

- A) V-F-F-V
- B) V-V-F-V
- C) V-F-V-F
- D) F-V-F-F

QUESTÃO 17

Mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de contrato temporário, deverá ser retido 11% referente à seguridade social, pela contratante, do valor dos serviços contidos na nota fiscal, na fatura ou no recibo.

Em posse dessa afirmativa, a referida retenção tributária aplica-se aos seguintes serviços de cessão de mão de obra, exceto:

- A) Limpeza, conservação, zeladoria, vigilância e segurança.
- B) Construção civil, serviços rurais, digitação e preparação de dados para processamento.
- C) Assessoria contábil, financeira, orçamentária, tributária e patrimonial.
- D) Treinamento, ensino e saúde.

QUESTÃO 18

Analise o caso fictício abaixo e assinale a alternativa incorreta.

Determinado município do estado de Mato Grosso realizou processo licitatório na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para o levantamento visual contínuo de defeitos e de irregularidades nas estradas municipais; no entanto, o TCE/MT (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) apontou o certame como irregular e determinou sua anulação, tendo em vista que o referido objeto não possui características predominantemente intelectuais para fundamentar o tipo de licitação adotado. Nesse sentido:

- A) É plenamente legal a determinação do TCE/MT, pois, como órgão fiscalizador de recursos públicos, possui o condão de julgar atos de gestão dos responsáveis pelos recursos públicos.
- B) O TCE/MT, mesmo sendo órgão fiscalizador de recursos públicos, não tem competência para determinar a anulação de processos licitatórios, uma vez que pode apenas constatar se houve ou não irregularidades no procedimento e aplicar sanções aos responsáveis.
- C) No caso ora narrado, tendo em vista que o objeto não possuía as características que motivam a realização de processo licitatório na modalidade técnica e preço, este poderia ter sido realizado na modalidade pregão presencial.
- D) Pelo fato do objeto não possuir características predominantemente intelectuais e por ter sido licitado na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, afrontou o artigo 46 da Lei nº 8.666/93, o qual disciplina: "Os tipos de licitação 'melhor técnica' ou 'técnica e preço' serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos".

QUESTÃO 19

O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento de licitação será instruído, no que couber, com os seguintes elementos, exceto:

- A) Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso.
- B) Razão da escolha do fornecedor do produto ou do executante do serviço.
- C) Diferenças gerais entre os fornecedores.
- D) Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, assinale a alternativa incorreta.

- A) O controle das despesas decorrentes dos contratos e dos demais instrumentos regidos pela Lei nº 8.666/93 será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição, sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.
- B) Qualquer licitante contratado, pessoa física ou jurídica, poderá representar, no Tribunal de Contas ou nos órgãos integrantes do sistema de controle interno, contra irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/93.
- C) Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorra contratos administrativos celebrados por órgãos ou por entidades dos entes da Federação consorciados.
- D) Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando os órgãos ou as entidades da Administração interessados a adotar medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem recomendadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

Analise o caso fictício abaixo narrado:

O município XXX edita lei determinando que, no caso de aquisição de imóveis situados em zona municipal em hasta pública, o fato gerador do ITBI se configura quando do registro do título aquisitivo no Cartório de Imóveis.

Assim sendo, assinale a alternativa correta.

- A) A presente lei é inconstitucional, pois contraria dispositivo da Constituição.
- B) A presente determinação tem necessidade de ser editada por meio de lei complementar, tendo em vista ao dispositivo constitucional.
- C) A presente lei é plenamente constitucional, pois a matéria é considerada Poder Discricionário do Município.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa incorreta.

De acordo com as limitações ao poder de tributar, impostas pela Constituição Federal, é vedado à União:

- A) Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- B) Instituir isenções de tributos de competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- C) Tributar a renda das obrigações da dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- D) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que implique distinção ou preferência em relação a estado, ao Distrito Federal ou a município, em detrimento de outro, ou que admitida à concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

QUESTÃO 23

Analise o caso hipotético abaixo narrado:

O município de Cuiabá - MT instituiu, no ano de 2014, por meio de lei, tributo que tem como fato gerador valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada pelo Estado de Mato Grosso, tendo em vista a capital ser uma das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014. O contribuinte é o proprietário do imóvel, e a base de cálculo é o valor total da obra. Com base nessa informação assinale alternativa correta.

- A) A espécie tributária instituída foi a contribuição de melhoria, a qual tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de realização de obra pública; no entanto, o município não possui competência para instituir tal tributo, tendo em vista não ser o realizador da obra.
- B) O município é plenamente competente para instituir o referido tributo, ou seja, contribuição de melhoria, tendo em vista que a obra foi realizada em zona municipal, não dependendo a competência para instituição de quem realizou a obra.
- C) De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o Código Tributário Nacional, a base de cálculo do referido tributo, contribuição de melhoria, é o *quantum* da valorização imobiliária ou do valor total da obra dividido entre todos os imóveis valorizados.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 24

Analise o caso hipotético abaixo narrado:

Durante o exercício financeiro de 2014, constou-se, na DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) de determinada pessoa jurídica, o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil quinhentos reais) a título de pagamento de COFINS. No entanto, a pessoa jurídica, por não se atentar ao débito, não efetuou o recolhimento do tributo no prazo estipulado. Assim, no exercício financeiro de 2015, a referida pessoa jurídica efetuou o recolhimento do valor devido; porém, sem atentar-se para o pagamento de juros e de multas. Sabendo que a União lavrou auto de infração cobrando o valor total do tributo e intimando a pessoa jurídica para quitar o débito ou apresentar defesa, assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa jurídica pode propor ação anulatória, buscando desconstituir o auto de infração e apresentando simultaneamente defesa no processo administrativo.
- B) Aplica-se, ao caso narrado, o benefício da denúncia espontânea, em que se exclui a multa de mora; portanto, os juros são devidos; porém, a multa não.
- C) A Lei de Execuções Fiscais prevê, em seu art. 38, parágrafo único, que *“A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo (que é a ação anulatória) importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto”*. Assim sendo, se a empresa propuser ação anulatória, não poderá apresentar simultaneamente defesa no processo administrativo.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 25

Sabendo que o Prefeito do Município de ZZZ editou decreto modificando critérios relativos à apuração da base de cálculo do IPTU e o publicou em **Imprensa Oficial em 19/12/2014**, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O referido decreto é inconstitucional.
- B) O referido decreto fere o princípio da legalidade tributária, pois somente a lei poderá criar novos critérios relativos à base de cálculo do IPTU.
- C) A alteração da base de cálculo de modo a torná-lo mais oneroso equipara-se à majoração de tributo.
- D) O referido decreto é constitucional, pois a alteração da base de cálculo do IPTU é exceção ao princípio da legalidade tributária.

QUESTÃO 26

Analise o caso fictício abaixo narrado e após assinale a alternativa correta.

Determinado deputado federal propõem projeto de lei pretendendo instituir uma taxa de licenciamento de exportação cuja base de cálculo da proposta é o valor aduaneiro do produto exportado.

- A) A taxa a ser instituída é constitucional, tendo em vista que não há, na Constituição Federal, nenhum outro tributo com a referida base de cálculo.
- B) A taxa a ser instituída é inconstitucional, pois possui a mesma base de cálculo do imposto de exportação, e a Constituição Federal veda a instituição de taxa com base de cálculo própria de imposto.
- C) A taxa a ser instituída é de competência do Senado Federal, e não da Câmara dos Deputados; assim sendo, se apreciado e se aprovado o projeto de lei, este não entrará em vigor.
- D) A taxa a ser instituída é constitucional, tendo em vista que visa a auferir maior receita à União, e não há impedimento para sua instituição.

QUESTÃO 27

Sabendo que um famoso jogador de futebol brasileiro, pessoa física, importou automóvel zero quilômetro da Itália, da marca Ferrari, e foi surpreendido com a cobrança de ICMS pelo Estado onde o mesmo é domiciliado, assinale a alternativa correta.

Para responder a referida questão, analise a súmula abaixo transcrita:

SÚMULA 660 STF - "NÃO INCIDE ICMS NA IMPORTAÇÃO DE BENS POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA QUE NÃO SEJA CONTRIBUINTE DO IMPOSTO".

- A) O referido jogador deve impetrar mandado de segurança, com base na súmula 660 editada pelo STF, a fim de viabilizar a defesa de seus direitos perante Justiça Estadual.
- B) Com o advento da Emenda Constitucional nº 33 de 11/12/2001, que alterou a redação do art. 155, inciso IX, alínea “a”, da CF/88; a pessoa física passou, expressamente, a constar como contribuinte de bem ou de mercadoria importada do exterior.
- C) O referido jogador deve propor ação declaratória de inexistência de crédito tributário, com base na súmula 660 editada pelo STF, a fim de viabilizar a defesa de seus direitos perante Justiça Estadual.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 28

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - O lançamento é efetuado, com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, prestar à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

II - A retificação da declaração, por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, realizado antes de notificado o lançamento.

III - Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado; ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

IV - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 29

Sabe-se que o município de Gaúcha do Norte - MT contratou empresa, por meio de processo licitatório, com matriz em Belo Horizonte - MG, todavia com filial, que participou da licitação, em Cuiabá - MT, para construção de uma quadra poliesportiva. Assim sendo, tendo em vista a Lei Complementar nº 116/2003, considera-se o local da prestação do serviço:

- A) O estabelecimento prestador.
- B) O município de Gaúcha do Norte.
- C) O domicílio do prestador.
- D) Os municípios cujo território haja sede da empresa, matriz ou filial.

QUESTÃO 30

Analise o caso fictício abaixo e assinale a alternativa correta.

O município XYZ editou e publicou lei disciplinando novos regramentos sobre o ISS. Entre as alterações, está prevista alíquota de 5% para serviços descritos no subitem 8.1, salvo para alguns serviços em que se aplicaria a alíquota de 2%. A referida alíquota de 2% abrangeria diversos serviços de ensino, exceto serviços de ensino superior.

- A) A presente lei é constitucional, tendo em vista que é poder discricionário dos municípios estipular as alíquotas de acordo com os serviços prestados.
- B) A presente lei é constitucional, tendo em vista que ISS é de competência municipal e que o município tem isonomia tributária para determinar alíquotas iguais para serviços idênticos e alíquotas diferentes para serviços divergentes.
- C) A presente lei é inconstitucional, tendo em vista o tratamento fiscal desigual aplicado aos prestadores de serviços de ensino superior.
- D) A presente lei é inconstitucional, tendo em vista que a alíquota do ISS deve ser igual a todo o tipo de prestação de serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Analise o caso fictício abaixo narrado e após assinale o que se pede.

Sabendo que determinado partido político, com representação significativa no Congresso Nacional, ajuíza ADIn perante o STF (Supremo Tribunal Federal), questionando a totalidade de uma lei do estado de Mato Grosso, a qual, devido a esse questionamento, é inteiramente revogada, assinale a alternativa correta.

- A) No caso narrado, resta o exame de mérito prejudicado, pois a revogação superveniente de norma Impugnada em sede de ADIn conduz à extinção anômala do processo.
- B) Quanto às ADIns ajuizadas por partidos políticos, o STF entende que as mesmas devem ser extintas somente após o julgamento do mérito.
- C) Entende-se que a aferição da legitimidade ativa do Partido Político deve ser realizada a qualquer tempo, em razão da objetividade do processo e da indisponibilidade da ação.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 32

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - A competência material para proteção do meio ambiente e para combate à poluição é comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, tendo em vista que a intenção é ampliar o leque protetivo, na medida em que uma proteção exercida de forma conjunta por todos os entes federativos tende a ser mais eficaz e completa.

II - É dever de todos os entes federativos proteger o meio ambiente, combater todas as formas de poluição, proteger os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, preservar as florestas, a fauna e a flora, bem como registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e de exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios. Essa competência comum permite que todos os entes federativos fiscalizem e imponham sanções pelo descumprimento da legislação ambiental.

III - A competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente e sobre controle da poluição é concorrente à União, aos estados e ao Distrito Federal, cabendo aos municípios a competência suplementar quando se tratar de assunto de interesse local.

IV - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, o Cerrado e a Zona Costeira são patrimônios nacionais, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

- A) Apenas os itens I e III são falsos.
- B) Apenas os itens II e IV são falsos.
- C) Apenas os itens II e III são falsos.
- D) Apenas o item IV é falso.

QUESTÃO 33

O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado:

- A) Dentro do prazo prescricional, mesmo que a decisão denegatória lhe houver apreciado o mérito.
- B) Dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- C) O pedido de reexame de matéria já examinada em sede mandado de segurança não poderá ser renovado.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 34

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - O sufrágio é universal, porque todos os cidadãos do país podem votar; não sendo admitidas restrições fundadas em condições de nascimento ou de capacidade intelectual e econômica, ou por motivos étnicos. Mas claro que poderá haver hipóteses de restrições motivadas por circunstâncias pessoais ou incompatibilidades com o regramento eleitoral.

II - O sufrágio é restrito quando o direito é concedido apenas à determinada categoria ou classe de pessoas. Pode ser censitário ou capacitário, sendo o primeiro aquele no qual participam somente os que apresentem determinada condição econômica, e o segundo aquele no qual participam todos os que tenham determinado grau de instrução ou capacidade intelectual. Esse tipo de sufrágio vigorou no Brasil durante o período do Império.

III - O sufrágio desigual, por sua vez, dá-se quando apenas determinados eleitores são qualificados, isto é, quando determinados eleitores têm direito a mais de um voto, de acordo com sua capacidade civil, seu patrimônio ou pagamento de altos impostos.

- A) Apenas o item I é verdadeiro.
- B) Apenas o item II é verdadeiro.
- C) Apenas o item III é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 35

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - A legislação trabalhista estabelece, salvo os casos especiais, que a jornada normal de trabalho é de 8 (oito) horas diárias e de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, dispõe ainda que não sejam computados na jornada normal diária os 5 (cinco) minutos antes e 5 (cinco) minutos depois da jornada de trabalho, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

II - Na apuração da jornada de trabalho, para fins de pagamento de horas extras ou desconto de faltas, deve-se levar em consideração, principalmente, os acordos e as convenções coletivas de trabalho que normalmente ditam normas específicas para as respectivas categorias profissionais e regiões de abrangência.

III - Os órgãos públicos municipais devem cumprir a jornada de trabalho estipulada pela CF/88, tendo em vista que não faz parte do Poder Discricionário do Município estipular sua própria carga horária.

- A) Apenas o item I é falso.
- B) Apenas o item II é falso.
- C) Apenas o item III é falso.
- D) Os itens II e III são falsos.

QUESTÃO 36

Segundo a Constituição Federal de 1988, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; entretanto, é permitida, somente, se houver compatibilidade de horários, em alguns casos específicos. Em posse dessa afirmativa, assinale a alternativa incorreta.

- A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- B) A proibição de acumular estende-se a empregos e a funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, é lícita a acumulação de cargo público, desde que haja compatibilidade de horários.
- D) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

QUESTÃO 37

Analise o caso hipotético abaixo narrado:

Foi requisitada por Promotor de Justiça abertura de inquérito policial para apurar prática de crime cometido pelo senhor Aparecido de Oliveira; no entanto, o servidor responsável pela abertura, senhor Francisco da Silva, amigo íntimo do suposto réu, não iniciou o que foi requisitado pelo órgão fiscalizador. Nesse caso, o senhor Francisco cometeu, contra Administração Pública, crime de:

- A) Desobediência à ordem de servidor público.
- B) Concussão.
- C) Corrupção passiva.
- D) Excesso de exação.

QUESTÃO 38

A assistência terapêutica integral a que se refere a Lei Federal nº 8.080/90 consiste em:

- A) Analisar, com base nas relações de medicamentos instituídas pelo gestor federal do SUS, observadas as competências estabelecidas na Lei nº 8.080/90, se a responsabilidade pelo fornecimento será pactuada na Comissão de Intergestores Tripartite.
- B) Dispensação de medicamentos e de produtos de interesse para a saúde, cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença ou o agravo à saúde a ser tratado.
- C) Ofertar procedimentos terapêuticos, exclusivamente em regime domiciliar, constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS, realizados no território nacional por serviço próprio, conveniado ou contratado.
- D) Considerar as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo, acatadas pelo órgão competente para o registro ou a autorização de uso.

QUESTÃO 39

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou em F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

II - Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.

III - O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

IV - No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

- A) Apenas o item I é falso.
- B) Apenas o item II é falso.
- C) Apenas o item III é falso.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 40

Analisar o espelho de ponto abaixo transcrito:

ESPELHO DO PONTO - ABRIL/2014							
Empresa: _____							
Empregado: _____ Depto/Setor: _____							
Período: 01/04/2014 a 30/04/2014							
Horário de trabalho: 08:00 às 12:00 - 13:00 às 17:48							
Data	Dia	Entrada	Intervalo		Saída	Hrs	Ocorrências
06/04/2014	Dom-folga						
07/04/2014	Seg-normal	07:55	12:00	13:00	19:18	08:48 01:30	Hrs normais trabalhadas Hora extra diurna (pagar)
08/04/2014	Ter-normal	07:56	12:00	13:00	17:49	08:48	Hrs normais trabalhadas
09/04/2014	Qua-normal	07:54	12:00	13:00	17:50	08:48 00:06	Hrs normais trabalhadas Hora extra diurna (pagar)
10/04/2014	Qui-normal	08:40	12:00	13:00	17:49	08:48 00:40	Hrs normais trabalhadas Atraso na entrada (descontar)
11/04/2014	Sex-normal	07:58	12:00	12:30	17:49	08:48 01:00	Hrs normais trabalhadas Hora extra intrajornada (pagar)
12/04/2014	Sab-compensado						
13/04/2014	Dom-folga						

Após análise, assinale a alternativa que não corresponda a uma ocorrência demonstrada.

- A) Empregado não respeitou o limite mínimo de intervalo intrajornada, iniciando a jornada 40 minutos antes.
- B) 01:30 horas extras.
- C) Empregado chegou 6 minutos antes do início da jornada, ultrapassando limite de tolerância legal.
- D) Empregado chegou 40 minutos atrasado no início da jornada.